

41º Encontro Anual da ANPOCS

GT 33 – TRABALHO, TRABALHADORES E AÇÃO COLETIVA

JIRAU, SANTO ANTONIO E BELO MONTE:

O caso das rebeliões operárias nas obras do PAC

Cauê Vieira Campos

INTRODUÇÃO

Nos primeiros dias do início de seu segundo mandato, o então presidente Lula(PT) lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual, apesar das divergências na literatura sobre o tema, tinha por objetivo quebrar os gargalos que atravancariam o desenvolvimento econômico e social do país. Assim, através, principalmente, de investimentos públicos, facilitação ao crédito pelo BNDS e investimento privado, se buscava realizar diversas obras de infraestrutura pelo país. Desta forma, deveria se investir em estradas, ferrovias, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas e termelétricas, no petróleo e em infraestruturas para a população.

O primeiro PAC durou até dezembro de 2010 e teve como previsão orçamentaria o investimento total de R\$619 bilhões até 2010¹. Após a eleição de Dilma Rousseff(PT) foi lançado o PAC 2, com objetivo de se encerrar no fim de 2014, mas isso na prática não ocorreu já que ainda há obras não concluídas. O PAC 2 é mais robusto que o primeiro programa: até o fim de 2014 investiu R\$1066 trilhão, e mais R\$ 247 bilhões após este ano, totalizando R\$ 1303 trilhão.

Assim, neste cenário, o Brasil foi marcado por diversas obras em todas as regiões, principalmente os grandes projetos², como COMPERJ, SUAPE, portos e aeroportos, os estádios da Copa do Mundo, e, o foco deste artigo, as Usinas Hidrelétricas (UHE) de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio. Mais do que isso, principalmente em 2011 e 2012, o país foi marcado pelas greves nestas obras. Assim milhares de operários da construção se mobilizaram contra as condições de trabalho, salário e vida nos canteiros de obras. As greves na construção ultrapassaram as obras do PAC, sendo forte também a presença na construção leve³, em cidades como Belém e Fortaleza. Este cenário fez com que a FENATRACOP⁴ anunciasse que 580 mil trabalhadores do setor fizeram greve em 2011 e mais de 500 mil trabalhadores no ano seguinte⁵.

Além disso, estas greves foram marcadas por uma especificidade muito grande, ao contrário das greves “tradicionais” que são iniciadas e dirigidas pela direção sindical,

¹ Fonte: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/6c57986d15d0f160bc09ac0bfd602e74.pdf>

² Para entender o conceito de “grandes projetos”, ver Ribeiro, 1991 e 2008.

³ A grosso modo se divide o setor de construção, em leve e pesada, sendo a primeira a construção prédios e pequenas estruturas nas áreas urbanas, e a pesada seria as grandes obras de infraestrutura.

⁴ Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada.

⁵ Fonte: <http://fsindical.org.br/midias/arquivo/b7ad40c7ceaa81105d870c9c6793e0f7%201.pdf> .
Acessado em 17/3/2016

muitas desses movimentos iniciaram por fora do sindicato e até a contragosto da direção oficial. O que acabou por levar, em certa medida, os trabalhadores a adotarem um repertório de enfrentamento próprio, por diversas vezes, recorrendo a destruição e incêndio de estruturas e máquinas das obras. Além disso, estas greves também foram marcadas pela repressão das forças do Estado brasileiro, através da PM dos estados envolvidos e a Força de Segurança Nacional(FSN). Isto nos levou, em nossa pesquisa de mestrado, a diferenciar as greves “tradicionais” das “greves com rebelião”. Assim, essa diferenciação se dá exatamente por quem assume a liderança política e organizativa do movimento de confrontação. Enquanto as greves tradicionais são lideradas por indivíduos com experiência em outros movimentos sindicais e sociais, as greves com rebelião são resultado da explosão em fúria dos trabalhadores a partir de momentos de profundo desgaste com as relações de trabalho, salário e vida nos canteiros de obras.

Com o objetivo de entender esse crescimento das greves no setor da construção civil no último período do Brasil e as especificidades destes movimentos, adotamos o estudo de um caso que possa ser exemplar e que possamos tirar conclusões mais generalizantes. Assim, temos como objeto de trabalho as greves com rebelião operária acontecidas nas obras das UHE de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte⁶ no período de 2011 e 2013, o que perfaz três confrontos em Belo Monte e dois nas obras de Porto Velho.

CENÁRIO ECONOMICO

Como afirmamos acima, a compreensão dos significados do PAC e do próprio modelo econômico desenvolvido pelos governos petistas entre 2003-2016 é alvo de intenso debate na literatura das ciências econômicas e sociais. Devido a limitação espacial deste artigo e este não ser o nosso foco principal neste trabalho, não aprofundaremos as análises do PAC ou da política econômica dos governos Lula e Dilma. Apenas traremos alguns pontos específicos para compreensão deste cenário.

Quando Lula chega ao poder a imagem que se tem é de um país em profunda crise e altamente instável, com o preço do dólar norte-americano, a cotação do C-Bond e o risco-país em níveis considerados indesejados; o que faria com que o comandante-em-chefe fosse obrigado a aplicar medidas impopulares e liberalizantes para recuperar a “saúde” econômica do país aos olhos do capital financeiro. Contudo, segundo a análise

⁶ Abordamos de forma conjunta os confrontos existentes nestas três obras por perceber a unidade entre eles, tanto de trabalhadores que participaram das greves nas obras de Porto Velho e também em Belo Monte, quanto influências no repertório adotado.

de Paulani (2008) o Brasil viveria um estado de emergência praticamente contínuo desde a década de 1980, o qual obrigaria os governos a aplicar medidas austeras. Desta forma, a partir de 2002, este estado de emergência serviu como justificativa para o primeiro mandato de Lula implementar uma política econômica amarga e restritiva ao desenvolvimento industrial e à maioria da população.

Pelo menos até 2006, a maioria dos analistas compreende que o PT seguiu aplicando as diretrizes neoliberais para o país. Inclusive, é consenso entre aqueles que participaram do primeiro mandato de Lula que aquele foi um período de “arrumar a casa”, sendo esse inclusive o termo utilizado na apresentação do Balanço do primeiro PAC em 2010 (Comitê Gestor do PAC, 2010, p.3). Ou seja, na lógica do governo, seria um período de medidas difíceis para posterior crescimento.

Segundo o governo federal, com a “casa arrumada” no primeiro mandato, a partir de 2007 seria o momento de se retomar os investimentos, públicos e privados, para se “construir a infraestrutura necessária para sustentar o crescimento do Brasil”(idem). Portanto, fica claro que para o governo o objetivo principal do PAC seria quebrar os gargalos estruturais que impediriam o desenvolvimento do país, desta forma, deveria se investir em estradas, ferrovias, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas e termoeletricas, no petróleo e em infraestruturas para a população.

Devemos perceber que a decisão pela aplicação desse programa ancora-se em um momento externamente mais favorável ao desenvolvimento industrial brasileiro; então até 2008 a economia mundial crescia, principalmente, puxada pela China. Assim, conjuntamente com o período de ampliação do consumo interno pelo incentivo ao crédito, o cenário econômico mundial permitiu o crescimento econômico do país, abrindo espaço para a solução dos “gargalos” históricos ao desenvolvimento industrial.

Com os mesmos objetivos do primeiro programa, em janeiro de 2011 a presidente Dilma lança o PAC 2, que deveria se encerrar em 2014, mas isso na prática não ocorreu já que ainda há obras não concluídas. Ou seja, no que se refere à destinação de recursos e ao início de novas obras o programa foi encerrado, mas continuará até o fim das obras em execução. Ainda que o governo federal tivesse a intenção de lançar o PAC 3, como foi anunciado em 2014⁷, com o aprofundamento da crise política e econômica, este não foi lançado e os investimentos que estavam previsto para 2015 sofreram cortes⁸.

⁷ Como pode se ver na seguinte reportagem: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/governo-executa-r-1143-bilhoes-em-obras-do-pac-no-primeiro-semester.html> - Acessado 27/01/2016

⁸ Cf.: <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/11558> - Acessado 27/01/2016

O PAC 1 foi lançado anteriormente à eclosão da crise mundial de 2008/2009 e em seu lançamento não tinha como um dos objetivos enfrentar esse período de recessão internacional; contudo, a partir da crise, este se tornou um dos motes do governo federal. Por outro lado, o segundo programa já tem como um dos pilares o enfrentamento da crise econômica, o que levou alguns autores a caracterizar que o governo realizaria uma política econômica heterodoxa ao utilizar-se de medidas anticíclicas.

O PAC 2 é mais robusto que o primeiro programa: até o fim de 2014 investiu R\$1066 trilhão, e mais R\$ 247 bilhões após este ano, totalizando R\$ 1303 trilhão. Este valor posterior a 2014 refere-se a obras do PAC 2 ainda não concluídas, como é o caso de UHE de Belo Monte, COMPERJ e Ferrovia de Integração do Centro-Oeste.

Assim podemos entender o PAC como um conjunto de medidas econômicas, fiscais e institucionais que buscavam “quebrar os gargalos” ao desenvolvimento do país e permitir a industrialização. Seus dois pilares principais foram, a) medidas institucionais que buscavam facilitar as licitações e outros trâmites burocráticos para o início das obras e também cortavam impostos para os setores envolvidos com o programa, e b) medidas que facilitaram o crédito a empresas privadas pelo BNDES e Caixa Econômica Federal para que essas empresas pudessem realizar as obras necessárias.

Através da análise de alguns indicadores econômicos ao longo dos governos Lula e Dilma – como o crescimento do PIB, índices de inflação e valorização do salário mínimo, o saldo primário, a geração de emprego e a distribuição do Orçamento da União e outros, como presente em nossa dissertação (CAMPOS, 2016), podemos tecer algumas elaborações sobre o cenário econômico desenvolvido nos governos petistas. Parece-nos que ao menos até 2014, o governo federal conseguiu equilibrar uma difícil equação de conciliação entre os antagonistas sociais. Assim, com contradições e percalços, a grande burguesia nacional, o capital financeiro e as classes trabalhadoras consentiam em diferentes medidas com a administração petista.

No campo dos trabalhadores esse consentimento se deve principalmente a alguns fatores. O crescimento da economia permitiu a criação de postos de trabalho e a consecutiva diminuição das taxas de desemprego, ainda que com salários mais baixos. Além disso, os governos petistas promoveram políticas sociais focalizadas, associadas ao incentivo ao crédito pessoal, o que levou muitos trabalhadores a acessarem pela primeira vez bens de consumo duráveis. Ainda que passível de críticas, estas políticas trouxeram muito apoio popular a estes governos.

No que se refere especificamente ao PAC, este programa conquistou tanto apoio popular, devido aos empregos criados, principalmente no setor da construção, e à percepção de que o país poderia se desenvolver, quanto apoio de setores da burguesia, como as grandes empresas da construção civil.

Desta forma, como percebe Braga (2015), até 2014 o país vivenciou uma discreta desconcentração de renda, o que em um país de desigualdades tão profundas como é o caso do Brasil, é suficiente para se conquistar o apoio popular e se formular a tese de que o neoliberalismo havia ficado para trás. Durante esse período de crescimento econômico e melhorias gerais no mercado de trabalho, acumularam-se contradições. Se por um lado verifica-se o aumento da oferta de emprego, por outro este emprego continuava precário e com salários situados nas faixas inferiores de remuneração; além disso, não houve melhorias nas condições de trabalho, aumentando o número de acidentes de trabalho e as situações cada vez mais extenuantes, principalmente devido à criação de empregos se dar nos setores de serviços e da construção civil. Estas contradições podem explicar o aumento das greves em 2012 e a explosão no ano seguinte, passando de 2000 greves, segundo o DIEESE⁹;

Apesar de resistir nos primeiros anos da crise de 2008/2009, a economia brasileira começa dar sinais de fragilidade no fim do primeiro mandato de Dilma, o que se profunde nos anos seguintes. Esta crise é sentida principalmente a partir da diminuição de investimento dos setores industriais, o que gera desemprego e reajustes salariais mais baixos; os cortes no orçamento de vários setores pelo governo federal, principalmente, em áreas sociais, como educação e saúde, o assim chamado “ajuste fiscal”; a inflação que volta a taxas superiores às previstas pelo governo; e no que toca diretamente nossa pesquisa, o corte de investimento no PAC e em obras da construção, sendo um dos setores que mais demitem no Brasil de 2015. Ou seja, o período de crescimento econômico tímido com discreta desconcentração de renda, que resultou em apoio popular e das classes dominantes, encerra-se com o aprofundamento da crise econômica.

Portanto, em um primeiro momento, o cenário econômico de crescimento e aumento do número de empregos, atrelado a todas as contradições que relatamos aqui, funcionou com um impulsionador das mobilizações operárias nas obras de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte. Os “peões-de-trecho” possuíam várias oportunidades de emprego pelo país, mas ao se empregarem percebiam as condições de trabalho e salários diferentes

⁹ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

do esperado. Porém, com o aprofundamento da crise econômica, esses trabalhadores passam a sair de cena, a nosso ver, principalmente, devido ao fato de que as empresas da construção estão contratando muito menos que no período anterior a 2013, o que leva a uma inflexão no número de greves.

AS GREVES

Em nossa pesquisa de mestrado tivemos um objeto de estudo maior, abordando todas os processos grevistas ocorridos nessas obras. Independente de serem organizadas pela direção sindical ou não, inclusive, isto foi importante para que pudéssemos comparar as diferenças existentes entre as greves “tradicionais” e as greves com rebelião operária. Neste trabalho, focaremos especificamente naquelas que aconteceram por fora da estrutura sindical, e as caracterizamos como greves com rebelião. Exatamente por possuir características específicas e permitir um importante diálogo com o regime de trabalho. Assim, temos como objeto de trabalho as greves com rebelião operária acontecidas nas obras das UHE de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte¹⁰ no período de 2011 e 2013, o que perfaz três confrontos em Belo Monte e dois nas obras de Porto Velho.

Na definição corrente¹¹, por exemplo, na utilizada pelo Sistema de Acompanhamento de Greve do DIEESE, todos os confrontos políticos abordados neste trabalho constituem greves, afinal são trabalhadores paralisando coletivamente a produção por alguma pauta reivindicada, porém, esta definição ampla e genérica pouco nos ajuda no cumprimento dos objetivos postos por nós; portanto, ao separarmos estas greves em dois tipos, buscamos maior precisão e exatidão no relato. Estes confrontos se diferenciam dos demais pelo fato de as lideranças não pertencerem à direção do sindicato responsável pela representação dos trabalhadores. Assim, a diferenciação entre as greves tradicionais e as greves com rebeliões se dá exatamente por quem assume a liderança política e organizativa do movimento de confrontação. Enquanto as greves tradicionais são lideradas por indivíduos com experiência em outros movimentos sindicais e sociais, as greves com rebelião são resultado da explosão em fúria dos trabalhadores a partir de momentos de profundo desgaste com as relações de trabalho, salário e vida nos canteiros

¹⁰ Abordamos de forma conjunta os confrontos existentes nestas três obras por perceber a unidade entre eles, tanto de trabalhadores que participaram das greves nas obras de Porto Velho e também em Belo Monte, quanto influências no repertório adotado.

¹¹ Conforme recomendação da 14ª Conferência de Estatísticas do Trabalho da OIT – Organização Internacional do Trabalho – realizada em 1987, “entende-se por greve uma interrupção temporal do trabalho, efetuada intencionalmente por um grupo de trabalhadores com objetivo de impor uma reivindicação, opor-se a uma exigência ou expressar queixa”.

de obras. Estas explosões são canalizadas por lideranças surgidas do próprio movimento quase que automaticamente em resposta a uma necessidade imediata e possuem baixa ou nenhuma experiência de organização sindical e política.

Em nossa enquête buscamos observar se os operários possuíam alguma experiência anterior em movimentos, que pudesse explicar as mobilizações ocorridas e mesmo as táticas que utilizavam. Mesmo que nossa enquête não tenha sido aplicada exclusivamente aos trabalhadores que participaram dessas greves, esta questão poderia demonstrar algum grau de experiência anterior. Conforme os dados obtidos, a maioria dos nossos entrevistados não havia participado de movimentos sociais, mesmo em sindicatos, antes de participarem das greves. Nas três obras, há mais de 90% dos operários sem experiências anteriores. Aqueles poucos que declararam experiência anterior, 4 em Jirau e Santo Antonio, e 13 em Belo Monte, tiveram suas experiências em ordem decrescente de frequência: movimento sindical, associação de bairros, igrejas e um com participação no PT.

A seguir descrevemos as greves com rebelião operária ocorridas nos canteiros de obras das UHE de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte. Através desta descrição pretendemos fazer entender a necessidade de nossa divisão em grupos de greves “tradicionais” e as “com rebelião operária”. E, a partir disso, avançar na compreensão destes fenômenos e entender os elementos que estavam presentes na eclosão desses conflitos.

UHE Belo Monte

As obras de construção da usina se iniciaram em 2011, com os preparativos na cidade de Altamira-PA para o recebimento de uma obra desse porte. Logo após o início das obras aconteceu a primeira greve com rebelião de trabalhadores em novembro de 2011, data-base da categoria. Essa rebelião é chamada “dos Maranhenses” por ter sido protagonizada por trabalhadores oriundos desse estado. O SINTRAPAV-PA havia feito um acordo com o CCBM, considerado insatisfatório pelos trabalhadores da obra. Com isso, os trabalhadores se rebelaram e paralisaram as obras, reivindicando aumentos salariais, pagamento de horas-extras aos sábados, supressão das faltas indevidas contabilizadas aos trabalhadores, redução da baixada e aumento do vale alimentação. Segundo relatos da mídia que cobriu o acontecimento, a demissão de quatro trabalhadores no dia 11/11/11, por se recusarem a aceitar desvio de função, gerou um clima de revolta no canteiro e os trabalhadores ameaçaram a incendiar as instalações das obras. A partir disso, foi formada uma comissão para negociar com o consórcio, sendo elaborada uma

pauta com as reivindicações dos trabalhadores. O SINTRAPAV-PA participou da reunião de negociação. Após quatro dias, 141 trabalhadores foram demitidos sumariamente sem qualquer justificativa das empresas, foram retirados do canteiro pela ROTAM (Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas) e enviados para suas cidades de origem, na maioria no Maranhão. Nos dias seguintes, quatro operários da comissão também foram demitidos. No dia 28/11, os trabalhadores realizaram uma manifestação interditando a Rodovia Transamazônica no KM 55. As obras continuaram paralisadas até que mais 80 trabalhadores foram demitidos pelo CCBM. Devido ao acordo do sindicato com a patronal, a greve foi sumariamente reprimida e derrotada, e todos os maranhenses que trabalhavam na obra foram demitidos¹².

Em abril e maio de 2012 ocorreu uma greve fora da data-base, por isso, imediatamente considerada ilegal pela justiça. Segundo relatos colhidos na pesquisa de campo, essas foram as manifestações mais politizadas, nas quais os trabalhadores chamavam palavras de ordem contra o sindicato, o consórcio e o governo federal, na percepção de que suas condições de trabalho e salário eram discrepantes quando comparadas aos altos investimentos do governo e aos altos lucros do patrão. O confronto se iniciou após um trabalhador ser morto em um acidente de trabalho envolvendo uma motosserra no dia 28/3. Após dois dias, a Polícia Militar ocupou pontos estratégicos do canteiro, o que levou os trabalhadores a montarem piquetes no dia seguinte para impedir o acesso aos canteiros. A ação da polícia resultou na prisão de um trabalhador e dois foram para o hospital, não havendo informações sobre o desenrolar dos acontecimentos com estes trabalhadores. Já no dia 4/4, após reunião frustrada entre representantes dos trabalhadores, do sindicato e das empresas, os operários bloquearam a rodovia Transamazônica em frente à obra, diante do que PM, Tropa de Choque e FSN retiraram esses trabalhadores.

As reivindicações eram na mesma linha da primeira, porém a greve também foi derrotada, com os trabalhadores sendo obrigados a voltar a trabalhar pela justiça. No entanto, o caso foi para a Justiça do Trabalho, e levando em conta que as reivindicações eram praticamente as mesmas dos trabalhadores de Jirau – que, como veremos, haviam

¹² Aqui poderíamos perceber que haveria demissões sem justa causa e, por isso, a patronal se valeria da ausência de uma lei que proíba as demissões injustificadas na legislação trabalhista brasileira. Contudo, estes operários são demitidos na sua maioria por dano ao patrimônio da empresa, vandalismo e outras coisas ligadas a própria mobilização grevista.

ganho suas reivindicações – os juízes que julgaram o caso de Belo Monte obrigaram o CCBM a atender retroativamente todas as reivindicações dos trabalhadores.

A proximidade da data-base de novembro de 2012 desencadeou algumas manifestações por melhoria salarial. Novamente, o sindicato não atendeu às necessidades dos trabalhadores, e sem convocar nenhuma assembleia ou reunião com os trabalhadores, negociou e acatou a primeira proposta da patronal. O anúncio do acordo para os trabalhadores foi feito pelo SINTRAPAV-PA nos canteiros de obras, em assembleias convocadas nas entradas dos canteiros. Já imaginando que poderia haver uma represália por parte dos trabalhadores, o sindicato se preparou para fugir e foi exatamente isto o que ocorreu. Ao receberem as propostas, os trabalhadores descontentes atacaram os diretores do sindicato e começaram a destruir as instalações da obra, como alojamento, refeitório, almoxarifado. Isto ocorreu no sábado de manhã, no mesmo dia à noite começaram os incêndios e a destruição de máquinas, que duraram até o domingo à noite. Após estes acontecimentos, cinco trabalhadores foram presos sob a acusação de incêndio, formação de quadrilha e dano a patrimônio particular. Ficaram presos por 66 dias e estão respondendo a processo. A partir dessa greve, o governo federal ordenou que 40 homens da Força Nacional de Segurança ficassem instalados em Altamira para acompanhar a obra, e o governo estadual designou 25 homens da Tropa de Choque da PM.

UHE Jirau e Santo Antônio

As manifestações em Jirau ocorreram entre 15 de março e 11 de abril de 2011 e iniciaram-se de forma espontânea, após incidentes na obra envolvendo trabalhadores da empresa Camargo Correa e terceirizados, somando mais de 22 mil trabalhadores paralisados. Já em Santo Antônio, entre os dias 21 de março e 4 de abril, mais de 16 mil trabalhadores paralisaram o trabalho. As greves aconteceram de forma associada, tanto que após os conflitos em Jirau, o Consórcio Construtor da Usina de Santo Antônio decidiu paralisar a obra. As causas das greves foram basicamente as condições de trabalho e o descumprimento de acordos anteriores; os trabalhadores reclamavam da alimentação e do alojamento fornecidos para aqueles que se mantinham na obra, e demandavam aumento salarial de 30%, adicional de periculosidade, baixada a cada 90 dias.

A partir disso ocorreram algumas manifestações mais radicalizadas, com destruição e incêndio de estruturas da obra. Imediatamente a Justiça do Trabalho determinou a ilegalidade da greve e a desocupação das obras pelos trabalhadores, e impôs multa de R\$ 50 mil para o STICERO.

As negociações entre os trabalhadores, centrais sindicais, governo federal e a Camargo Correa foram conturbadas. A Polícia Militar e a Força de Segurança Nacional (FSN) reprimiram os trabalhadores. Há relatos de trabalhadores torturados, presos e desaparecidos. Após confrontos com a FSN e a PM e negociações com o consórcio e o governo federal, foram conquistados pelos trabalhadores de Jirau e Santo Antônio reajuste salarial de 11%, direito à baixada, melhorias nas condições de moradia e trabalho, apoio médico, psicológico e uma ouvidoria no local de trabalho para receber as reclamações sobre as condições de trabalho. Além disso, os dois grupos de trabalhadores questionavam legalmente a representação sindical.

Já em 2012, os conflitos começaram em Jirau no dia 8 de março e em Santo Antônio tiveram início no dia 21 do mesmo mês. As demandas se concentravam nos 30% de reajuste salarial, baixada de 5 dias a cada 70 trabalhados, além da melhoria das condições de moradia e alimentação nos alojamentos. Ao contrário de 2011, não ocorreu destruição de instalações e maquinário, porém, mesmo assim a Justiça do Trabalho declarou a greve ilegal e impôs uma multa de R\$ 100 mil reais por dia paralisado para cada obra. As greves mantiveram-se até 3 de abril, quando os trabalhadores aceitaram a proposta de pagamento de 70% de horas extras entre segunda e sábado – aos domingos é 100% – a mudança da baixada, e um aumento de 11% nos salários.

Então, descrevemos aqui as greves que classificamos como greves com rebeliões operárias, em nossa dissertação de mestrado (CAMPOS, 2016) encontra-se a descrição completa das greves ocorridas nas obras destas usinas. A partir da nossa pesquisa, podemos perceber que existem dois grupos distintos de confrontos políticos presentes nestas obras: as greves tradicionais e as greves com rebeliões operárias. Consideramos como greves tradicionais os confrontos acontecidos em 2009 e 2013 nas obras das UHE de Jirau e Santo Antônio e os dois de 2013 na UHE de Belo Monte. Já as greves de 2011 e 2012 ocorridas nas três obras consideramos como greves com rebeliões operárias. Estes dois grupos de confrontos diferenciam-se principalmente pela própria processualidade dos acontecimentos, isto é, desde o surgimento e o desenrolar das mobilizações. Ao dividir as mobilizações em dois grupos diferentes de greves não pretendemos fazer uma tipologia, apenas evidenciar suas características para realizar um melhor entendimento de cada grupo de greves.

Portanto, enquanto as greves tradicionais são lideradas por indivíduos conscientes e com experiência no movimento, nas greves com rebeliões os confrontos se dão por explosão e as lideranças surgem no decorrer dos acontecimentos. Podemos perceber que

o posicionamento político de quem lidera as greves não é determinante dessa diferença, já que as greves de 2009 e 2013 em Jirau e Santo Antônio são lideradas pela direção cutista do sindicato, já a greve de abril de 2013 em Belo Monte foi liderada por um elemento externo à categoria através da participação do STICMB e da CSP-Conlutas, e a de novembro de 2013 pela direção da Força Sindical. Contudo, as greves com rebeliões caracterizam-se por não haver liderança de trabalhadores com experiências em outros movimentos, por isso, a espontaneidade se faz mais presente na consciência dos trabalhadores envolvidos. Outras diferenças decorrem disso: durante as greves tradicionais é mais difícil ver a destruição de estruturas dos canteiros de obras, há pautas elaboradas, nítidas e postas em negociação com os consórcios; já nas greves com rebeliões os operários tendem a utilizar com mais frequência de um repertório violento, surgem como que por brotamento; as demandas não são colocadas de forma explícita pelos trabalhadores em greve e são mais expressão do desgaste das relações de trabalho, principalmente em decorrência da elevada exploração, opressão e precariedade nos canteiros de construção destas usinas hidrelétricas.

O “PEÃO-DE-TRECHO” E O REGIME DE TRABALHO

Como podemos perceber, a emergência e a processualidade dessas greves com rebelião operária está intimamente ligada ao regime de trabalho imposto aos trabalhadores nos canteiros de obras. Assim, na sua maioria estas greves são desencadeadas a partir de conflitos existentes no próprio processo de trabalho. Vejamos alguns exemplos, a chamada “Greve dos Maranhenses” em Belo Monte inicia-se a partir da demissão de quatro operários por recusarem-se a fazer uma função que não era a deles. Em abril do ano seguinte, a greve se inicia em decorrência das reclamações a partir da morte de um trabalhador em um acidente de trabalho. Já em Jirau, a greve de março e abril de 2011 inicia-se a partir de uma briga envolvendo operários e motoristas terceirizados responsáveis pelo transporte dos trabalhadores dentro e fora do canteiro.

Para compreender essa relação entre o cotidiano do trabalho e a eclosão das greves, recorreremos a análise de Michael Burawoy acerca dos regimes de trabalho (1979 e 1985). O autor empreende uma análise das relações de produção, mas também das relações na produção, ou seja, aborda um conjunto de elementos que interferem na produção capitalista (ESTANQUE, 2005). Seguindo as elaborações de Marx sobre o mundo fabril, Burawoy busca entender o que é necessário e suficiente para garantir a subsunção da força de trabalho ao capital; para isso, o autor utiliza dois elementos para

classificar os regimes fabris ao longo da história¹³. Primeiro, a chave coerção/consentimento, isto é, entender o que leva os trabalhadores a voltarem a trabalhar no dia seguinte. E, também, a relação entre a reprodução da força de trabalho e o processo de produção.

Em suas pesquisas, Burawoy faz toda uma análise a partir de elementos empíricos captados através da observação participante em diferentes fábricas pelo mundo. Demonstrando a necessidade de compreender profundamente quem é o trabalhador em questão e o processo de trabalho que é submetido. De certa maneira, buscamos fazer o mesmo, desta forma buscamos entender quem são “os peões-de-trecho” e sobre que condições trabalham nas obras de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte.

Como se pode perceber à menor observação nos canteiros de obras e nos diálogos travados com os operários, assim como também por meio da pequena literatura existente sobre a temática, o trabalhador da construção civil possui um perfil diferenciado do operariado clássico brasileiro, principalmente por seu caráter itinerante. Contudo, existe ainda uma subcategoria neste perfil que é o trabalhador de grandes projetos, ou seja, aqueles operários que são responsáveis pela execução de grandes obras, como usinas, aeroportos, portos e estradas, entre outros. A literatura não cunhou um termo definitivo, tampouco os próprios trabalhadores o fizeram; há aqueles que os chamam de “barrageiros” e outros que utilizam-se do termo “peão-de-trecho”. O primeiro nome designa especificamente aqueles operários que se ocupam na construção de barragens e usinas hidrelétricas, com foco principal no norte do Brasil; já o segundo termo vem daqueles que se ocupam na construção de “trechos” de estradas. Ambos designam setores existentes nas obras estudadas por nós, porém, a partir da pesquisa de campo, percebemos que há maior presença de operários “de-trecho” e, além disso, o termo “peão-de-trecho” nos pareceu mais abrangente, englobando maiores setores da categoria.

Traçar o perfil desta subcategoria de operários, isto é, quem são estes trabalhadores que giram as obras pelo país – no último período especificamente do PAC –, quais são suas trajetórias de vida, o que os levou a participar daquele empreendimento, quais são suas condições de trabalho e expectativas, é fundamental para observar se este perfil influencia positivamente ou se restringe a mobilização desta categoria. Para isso, utilizaremos os dados coletados através dos questionários aplicados aos operários das três

¹³ Em nenhum momento o autor buscou estabelecer tipos ideais, por isso, obviamente, em nossa caracterização, há elementos intercambiáveis.

obras e informações mais qualitativas obtidas através de depoimentos coletados com os operários.

Primeiramente devemos perceber que o “peão-de-trecho” possui um perfil geral masculino, jovem e escolaridade na média dos padrões educacionais brasileiros. Cerca de 70,20% dos entrevistados possuem idade inferior a 35 anos e com presença descendente a partir desta marca. Esta constatação é de se esperar em um tipo de trabalho extremamente desgastante e que exige afastamento da família e, na maioria das vezes, dos locais de origem.¹⁴

Tabela 3: Distribuição dos trabalhadores por idade nas obras das UHE de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio

IDADE	Nº(BM14)	%(BM14)	Nº(PVH15)	%(PHV15)	Nº(BM15)	%(BM15)	TOTAL	% Total
18-25 anos	33	24,44%	7	13,73%	10	16,95%	50	20,41%
26-30 anos	32	23,70%	13	25,49%	18	30,51%	63	25,71%
31-35 anos	32	23,70%	13	25,49%	14	23,73%	59	24,08%
36-40 anos	16	11,85%	5	9,80%	5	8,47%	26	10,61%
41-45 anos	8	5,93%	4	7,84%	3	5,08%	15	6,12%
46-50 anos	5	3,70%	1	1,96%	3	5,08%	9	3,67%
51-55 anos	6	4,44%	4	7,84%	4	6,78%	14	5,71%
56-60 anos	2	1,48%	4	7,84%	2	3,39%	8	3,27%
>60 anos	1	0,74%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,41%
Total	135		51		59		245	

Outro elemento de conhecimento comum sobre a categoria dos trabalhadores da construção civil é o seu caráter migratório e os dados coletados em nossa enquete corroboram essa ideia. Os operários entrevistados na obra de UHE Belo Monte foram escolhidos de forma completamente aleatória e isso se manifesta na diversidade de estados presentes nas respostas dos operários. Os 186 operários de Belo Monte são oriundos de 20 estados brasileiros diferentes, sendo que a maior presença é do Maranhão (35,48%), inclusive superior ao Pará, estado de realização da obra.

No caso das obras de Jirau e Santo Antonio, ainda que haja forte presença de operários de outros estados, a maioria dos entrevistados é do próprio estado de Rondônia, inclusive da capital e cidade das obras, Porto Velho¹⁵.

¹⁴ Utilizamos as siglas a seguir para simplificar a apresentação da tabela: BM14 significa a enquete aplicada aos operários das obras da UHE de Belo Monte entre 19 e 26 de Junho de 2014, já BM 15 corresponde à enquete aplicada entre os dias 21 e 23 de Julho de 2015, também em Belo Monte. PVH15 é a enquete aplicada aos trabalhadores das obras de construção das usinas da cidade de Porto Velho (PVH), UHE de Santo Antonio e UHE de Jirau, no período de 7 a 10 de julho de 2015.

¹⁵ Acreditamos que isso também se deva à forma de coleta dos dados imposta pela realidade das obras, afinal tivemos que entrevistar os operários em suas residências e não nas obras como em Belo Monte. Portanto, pode-se estimar que há uma hiper-representação dos operários locais, não nos possibilitando

Em Belo Monte, a maioria dos operários que não são da cidade de Altamira ou cidades próximas migraram especificamente para trabalharem na obra; já para os operários de Porto Velho, a migração é anterior à obra. Percebemos isso através da questão sobre a última residência, na qual a maioria dos operários de Jirau e Santo Antonio (mesmo aqueles que não eram nascidos em Rondônia) já moravam na cidade, e para aqueles que haviam migrado para Belo Monte, havia uma variação extensa de últimas residências. Isto confirma que a migração pelo país é inerente a essa parcela da população.

Gráfico 1: Estados de origem dos operários da UHE de Belo Monte

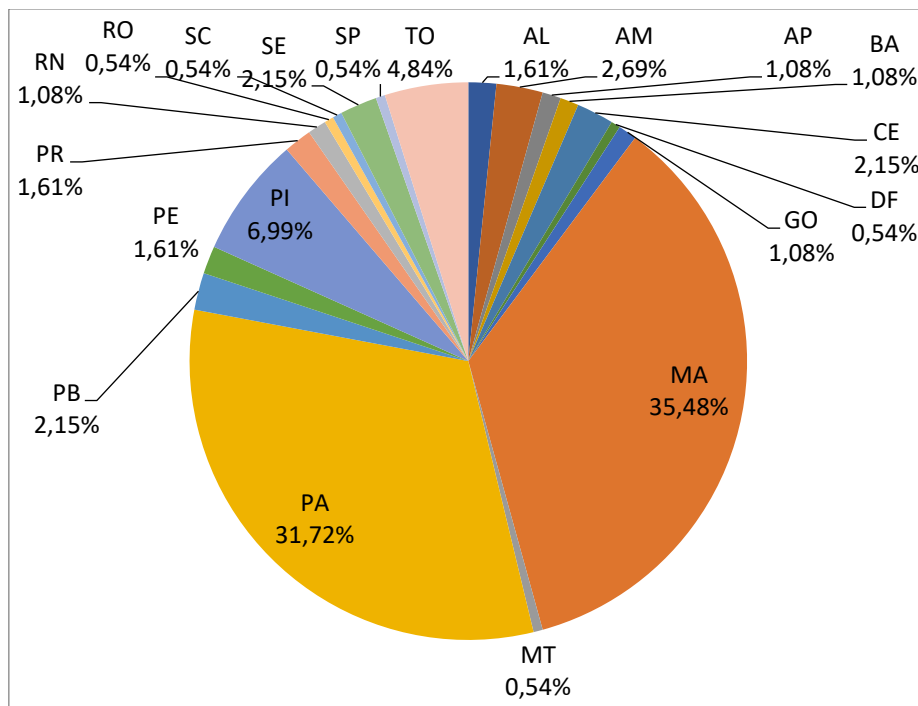
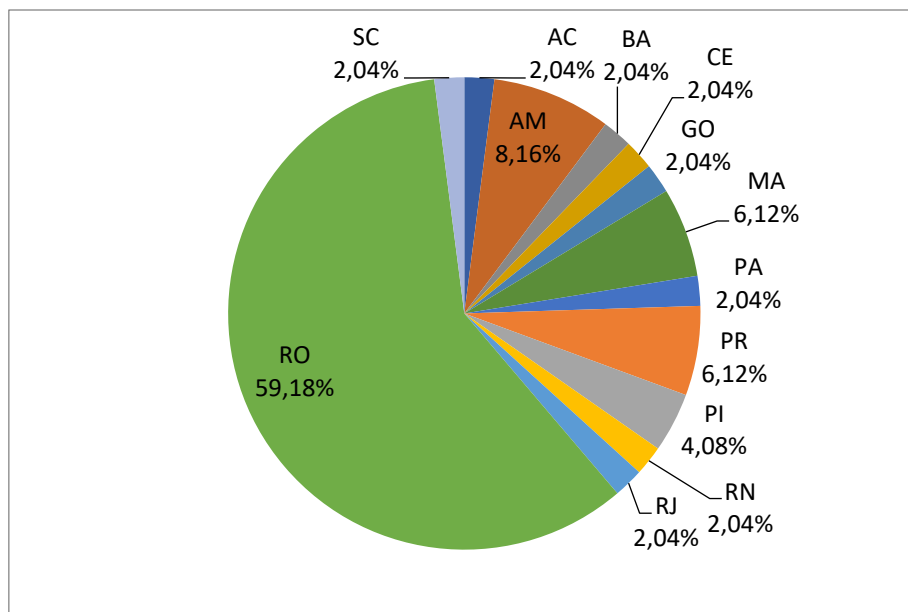


Gráfico 2: Estados de origem dos operários das UHE de Jirau e Santo Antonio

captar a migração para as obras, mesmo assim houve respostas de 13 estados diferentes de todas as regiões do Brasil.



Nos relatos obtidos em nossa pesquisa de campo, os operários constantemente retomam que são obrigados a migrar porque em suas cidades de origem não possuem condições de se empregar e conseguir progredir economicamente. A maioria dos operários justifica a migração pela ausência de opções na cidade de nascimento, como afirma Ricardo¹⁶, carpinteiro da obra da UHE de Belo Monte, o qual podemos classificar como um peão-de-trecho por definição: nascido em Tucuruí-PA, trabalhou na obra da Usina Hidrelétrica daquela cidade; já trabalhou em Jirau e obras de estrada pelo Pará, e estava ali em Altamira apenas pelo trabalho na obra.

“Se tivesse serviço na minha cidade, eu estava aqui nada. O cara deixa família pra trás, os amigos, deixa tudo pra trás pra tá nessa vida. O cara sai porque precisa mesmo, a opção é essa mesmo”¹⁷

Portanto, por ausência de opções de se empregar com algum nível de estabilidade e segurança no trabalho, estes operários migram por todo o território. Ademais, Ricardo mostra que não faz isso com satisfação, que se possível se manteria na sua própria cidade, ou seja, só migra por não conseguir as condições de vida desejadas. Além disso, boa parte dos operários reclamam da discrepância entre o que foi prometido com o salário pago efetivamente na obra, como relata Viola, ferreiro de Belo Monte.

Porque quando a gente foi contratado por aqui, pela capital aqui em Belém, eles prometeram uma coisa e quando chegamos lá, vimos que não era o que eles tinham prometido. (...) Conclusão, quando chegemos lá, a equipe daqui que foi contratada, vimos que não era exatamente o que eles tinham prometido. Chegemo lá e a obra tava no

¹⁶ Todos os operários entrevistados citados nesta dissertação são tratados por nomes fictícios, com exceção dos dirigentes sindicais envolvidos.

¹⁷ Entrevista realizada em 21/7/2015.

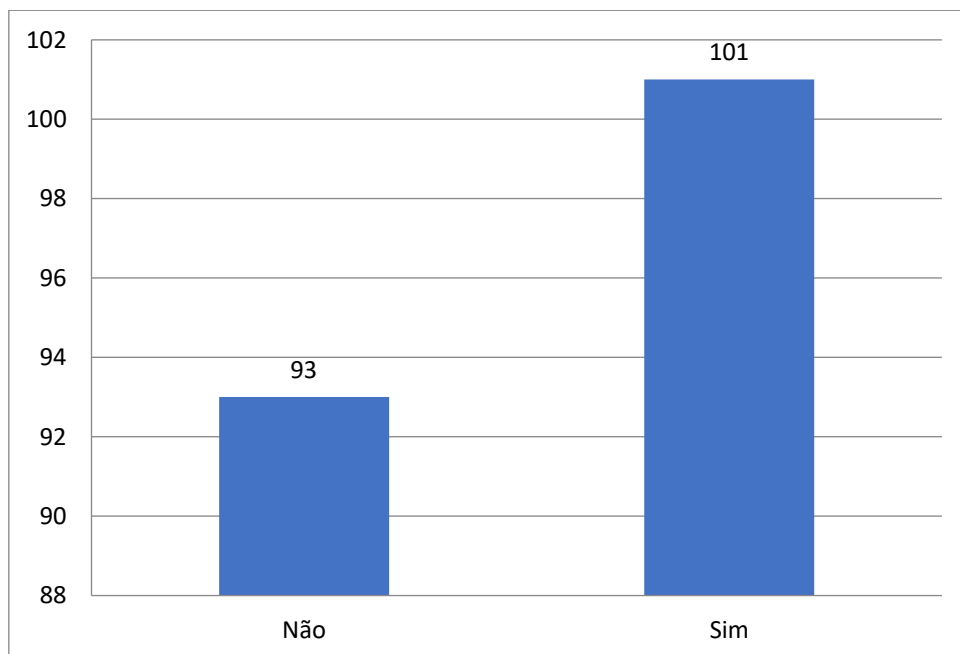
começo, vimos um regime de total escravidão, operários fora das suas funções.

O “peão-de-trecho” é caracterizado pela constante mudança de localização no emprego, isto é, se hoje é empregado em Belo Monte, já se empregou na obra de Tucuruí, amanhã pode estar em Jirau, ou na COMPERJ, enfim, “girar” pelo país é algo inerente a esta categoria. Este é o caso do carpinteiro Ricardo, como vimos acima e de tantos outros operários, quando este deixa claro que sua intenção nas diversas obras é tentar acumular alguns bens, o que considera que não seria possível se ficasse em casa e no emprego que lá conseguisse:

“Eu sou pai de família, eu não tinha uma casa pra morar. Hoje eu já tenho. Através de que? Hoje eu estou aqui, pego uma ‘indenizaçãozinha’, passo um pouquinho, vai pra outra obra, passa um tempo, pega outro pouquinho e vai construindo. Hoje eu posso dizer que tenho uma casa pra morar e botar meus filhos debaixo. Hoje se eu morrer, eu morro satisfeito. Peão de trecho é isso ai, né? Hoje ele tá aqui, amanhã ali, sempre em busca de algum objetivo”.

Além dos diversos casos de trabalhadores que já haviam trabalhado em obras de grande porte – dos operários entrevistados na obra de Belo Monte 52% haviam trabalhado em obras de usinas, estradas, porto, aeroportos, refinarias, etc há alguns casos que saltam aos olhos por destacar a característica itinerante do “peão-de-trecho”.

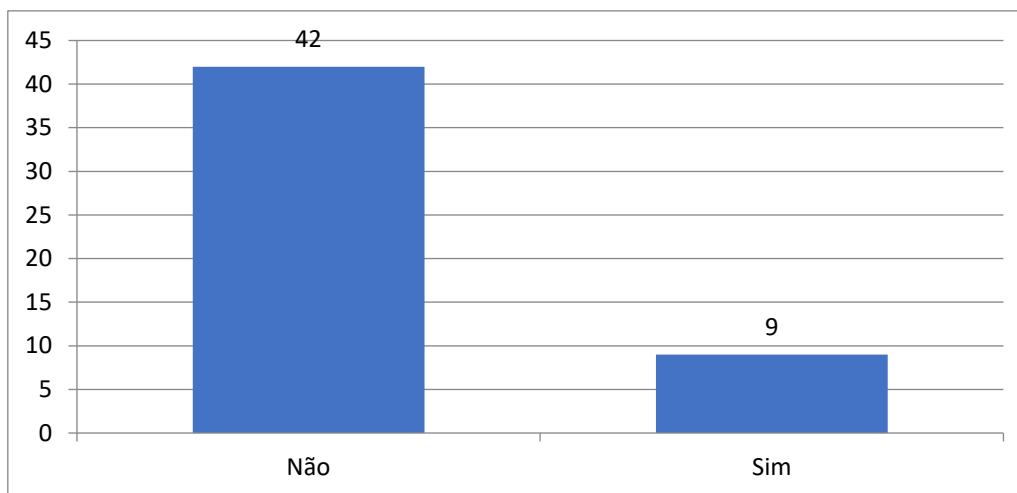
Gráfico 3: Respostas a questão "Já havia trabalhado em obras de grande porte?" - UHE Belo Monte – Em números absolutos



Apesar de esta frequência ser bem menor nos operários de Jirau e Santo Antônio, principalmente devido a nosso método de pesquisa hiper-representar os operários locais,

como já explicamos, naquelas obras também se verifica a presença de trabalhadores com experiência anterior em obras de grande porte.

Gráfico 4: Respostas a questão "Já havia trabalhado em obras de grande porte?" - UHE de Jirau e Santo Antonio – Em números absolutos



Esse é o caso de Carlos, pintor industrial das obras de Jirau e Santo Antonio, filho de “peão-de-trecho” e que continuava com essa mesma perspectiva. Ao ser questionado sobre sua origem e como havia chegado até Porto Velho, relatou ter nascido no Rio Grande do Norte, se criado na Bahia e já adulto migrou com a família para Angra dos Reis-RJ. Todas estas mudanças aconteceram devido à participação de seu pai em obras de estradas e usinas; em Angra, ele e o pai trabalharam na obra da construção da Usina Nuclear de Angra. Após isto, deixou a família para migrar para Rondônia e trabalhar na construção da Usina Hidrelétrica de Samuel, lá se estabelecendo, e mais recentemente trabalhando nas obras de Jirau e Santo Antonio.

Também em Porto Velho, ao questionarmos um morador se ele havia trabalhado em algumas das obras, além de responder positivamente ainda afirmou que dois de seus filhos também haviam trabalhado lá. O pai da família, Sócrates, nascido em Bacabal-RN, migrou para o estado do Amazonas para trabalhar na obra de construção da Usina de Balbina, se estabelecendo em Manaus, sendo que já havia trabalhado nas obras das UHE's de Ibitinga-SP e Tucuruí-PA. Com idade mais avançada, Sócrates, decidiu migrar com toda a família de Manaus para Porto Velho; depois de estabelecido na obra, conseguiu emprego para os dois filhos. Enquanto o pai trabalhou apenas em Santo Antônio, um dos filhos, Valter, carpinteiro, trabalhou também em Jirau, e relata como considera a experiência positiva:

“Na cidade você não ganha o que ganha na obra... qualquer cidade, Manaus, São Paulo, qualquer cidade não ganha o que ganha na obra...

Ai eu estou juntando né? Graças a Deus, eu já comprei essa motinha, tirei minha habilitação e já troquei pra “D”. Estou pagando a faculdade da minha mulher, esse é o último ano, graças a Deus... tudo da obra, não tenho o que reclamar não”¹⁸.

Estes relatos demonstram como este modo de vida e a busca por atingir objetivos de consumo não fazem parte de uma escolha individual. Esta parcela significativa da população se vê obrigada a girar o país em busca de melhores condições de vida, com empregos mais estáveis e rentáveis do que em suas cidades de origem.

Normalmente acredita-se que as pessoas que partem para trabalhar em obras em outros estados, aceitando ficar distantes das famílias, se submetendo a um trabalho extenuante, seriam aqueles com menor qualificação profissional, escolaridade e menores opções de melhores salários e condições de vida. Contudo, quase 50% de operários entrevistados têm nível de escolaridade a partir do ensino médio incompleto. Este valor enquadra-se nos índices de anos de estudo obtidos pela PNAD em 2013, na qual 55% da população maior de 25 anos possui 8 anos ou mais de escolaridade, ou seja, o tempo mínimo requerido para se atingir o ensino médio¹⁹. Desta forma, este dado coletado em nossa enquete adequa-se à realidade nacional, porém não corrobora com o imaginário que se criou sobre os operários da construção civil, associando-os a trabalhadores de baixo nível educacional e qualificação. Podemos relativizar esse dado se considerarmos que a nossa pesquisa não teve intenção amostral e probabilística, tendo sido realizada a partir da disponibilidade do trabalhador em responder. Permitimo-nos supor que pessoas com maior escolaridade possuem maior disponibilidade de serem questionadas e menor desconfiança quanto às intenções do pesquisador.

TABELA 4: Distribuição dos trabalhadores dos trabalhadores por escolaridade nas obras das UHE de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio

Escolaridade	Nº(BM14)	%(BM14)	Nº(PVH15)	%(PHV15)	Nº(BM15)	%(BM15)	TOTAL	% Total
Nunca estudou	1	0,74%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,41%
Ensino Fundamental I	25	18,52%	5	9,80%	13	22,03%	43	17,55%
Ensino Fundamental II	47	34,81%	16	31,37%	16	27,12%	79	32,24%
Ensino médio	60	44,44%	29	56,86%	30	50,85%	119	48,57%
Ensino Superior	2	1,48%	1	1,96%	0	0,00%	3	1,22%
TOTAL	135		51		59		245	

Porém, em nossas entrevistas encontramos um caso que pode ser exemplar do fato de que, para algumas parcelas da classe trabalhadora, se sujeitar ao emprego na

¹⁸ Entrevista realizada em 14/7/2015.

¹⁹Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2013. <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/anos-de-estudo.html>

construção de grandes projetos pode ser uma alternativa não só viável, como provável. É o caso de Danilo, aos 27 anos, originário de Imperatriz no Maranhão – cidade com mais operários entrevistados – e com passagem pelo estado de Tocantins. Danilo possui nível médio (é técnico em enfermagem) e escolheu trabalhar como “peão-de-trecho” por ser a única forma de “dar uma vida digna aos seus filhos”, em suas palavras. Ao ser entrevistado, morava com toda a família em Altamira e trabalhava nas obras de Belo Monte, como vibradorista, uma das funções com salários mais baixos da obra, mas já havia passado pela UHE de Santo Antonio, pela UHE de Estreito (SP) e pela barragem de Erechim (RS).

O caso mais extremo de “peões-de-trecho” provavelmente sejam os encarregados e mestres-de-obras. Como abordaremos a seguir, os cargos de encarregados e mestres-de-obras são os mais elevados na hierarquia da área de produção de uma obra, sendo subordinados apenas ao setor de engenharia. Esta situação coloca esses operários em uma condição salarial superior à de outros cargos da obra, além de uma relação mais próxima com as empresas, o que leva esses trabalhadores a permanecerem na mesma empresa ao longo de várias obras. Isto repercute em uma maior estabilidade e qualidade de vida, ao mesmo tempo em que faz com que estes “girem” por diversas obras por todo o país com suas famílias, vivendo poucos anos em cada localidade.

Os poucos encarregados que conseguimos encontrar e entrevistar nos relatam experiência em diversas obras, chegando a perder as contas de quantas obras e em quais localidades trabalharam. Aqueles com carreira mais longa acreditam já ter passado por mais de dez obras, por diversas regiões e estados do país. Inclusive com a expansão das empresas da construção civil brasileira na última década para países da África, América Latina e Ásia, há trabalhadores que relatam ter trabalhado em países como Venezuela, Angola e Moçambique. Portanto, devido à situação de maior estabilidade e relação de proximidade com as empresas, os encarregados e mestres-de-obras são aqueles que dedicam toda a vida ao “trecho”. Atentemos para o fato de, que com raras exceções, os encarregados e mestres-de-obras são aqueles que percorreram todos os níveis da profissão e ascenderam ao posto hierarquicamente mais alto após anos de trabalho²⁰.

Esta situação nos coloca uma pergunta: por que estes operários giram por todo o país atrás de obras de grande porte? Como demonstraremos ao longo do texto, as condições de trabalho, a situação de moradia, o confinamento nos alojamentos, a elevada

²⁰ Ribeiro (1991) aborda esta questão mais detalhadamente em sua obra.

rotatividade, o tipo de trabalho, a distância dos grandes centros urbanos, as constantes greves e paralisações por questões ambientais e devido à luta dos indígenas não são atrativos para quem pensa em trabalhar nestas obras. Mesmo assim, ao longo de mais de 5 anos, milhares, talvez mesmo milhões, de operários do Brasil inteiro se encaminharam para as obras de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte, além de tantas outras pelo país. Desse modo, um setor considerável da classe trabalhadora acostumou-se, ao longo da vida, a trabalhar nestas condições em diversas regiões do país em troca de rendimentos melhores.

André Singer, ao debater o PAC no cenário dos governos petistas em *Os sentidos do Lulismo*, talvez deixe entrever uma possível chave explicativa para essa questão. Para o autor, as obras do PAC estariam libertando do “inferno do desemprego” massas de trabalhadores que até então eram completamente excluídos do mercado formal de trabalho, sendo reservados a eles a precariedade, a instabilidade e a insegurança. Contudo, esta entrada no mercado formal de trabalho seria uma “precariedade com carteira assinada”, ou seja, ainda se mantém a situação de precariedade, instabilidade e insegurança vivida anteriormente, porém com carteira assinada, a qual garante alguns direitos mínimos aos trabalhadores que podem lhes possibilitar melhores condições de vida, como seguro-desemprego, indenização, hora-extra remunerada, etc.

Elementos colhidos em nossa observação e através da revisão bibliográfica levam-nos a entender que esta é uma boa explicação para justificar o caráter itinerante do “peão-de-trecho”. Isto é, setores mais precarizados da classe trabalhadora, com pouco acesso a direitos mínimos, como a carteira assinada, veem nos grandes projetos a possibilidade de conquistar melhores condições de vida, o que não seria viável se ficassem em suas cidades de origem. São trabalhadores que, em suas cidades de origem, estariam vivendo a partir de bicos, trabalhos informais e instáveis, em dupla jornada, na área rural, ou seja, toda uma gama de trabalhos com baixa ou nenhuma estabilidade e restrito acesso a direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo do último século. Elementos considerados básicos para o operariado industrial urbano, como 13º, seguro-desemprego, férias remuneradas, indenização, e outros, tornam-se atrativos a essa parcela da população para se inserir nessas obras.

Mas além do acesso a direitos, não podemos afastar a hipótese de que alguns setores dos trabalhadores buscam trabalhar em grandes obras com o objetivo de receber mais do que em trabalhos “na cidade”. Além de alguns relatos já citados acima, que demonstram a busca pelo acúmulo de bens, “fazer o pé-de-meia”, atingir o sonho da casa própria, enfim tudo aquilo que faz acreditar que os “peões-de-trecho” assim são por

receberem mais nas grandes obras do que em empregos na sua cidade de origem. Como é o caso de Marta, ferramenteira da obra de UHE Santo Antonio contratada como auxiliar de cozinha, que faz as contas demonstrando o porquê se ganha mais na obra do que “na cidade” e por isso compensa se sujeitar a toda a realidade da obra, inclusive a situação de desvio de função :

“é um lugar onde o trabalho é puxado, mas o lugar onde você ganha melhor é dentro de obra. Ganha mais lá do que na cidade, porque na cidade você vai desenvolver um trabalho de cozinha, vai ganhar 600 reais das 7h da manhã as 17h da tarde. Dentro da obra você vai ter suas horas, por que eu era horista lá, minha hora era R\$ 3,59, eu tirava R\$ 1790,00, era 44 horas por semana, então com minhas horas eu tirava R\$ 1790,00. Aonde na cidade que eu vou tirar R\$ 1700,00?”²¹

Após o entendimento de quem são os trabalhadores das construções destas UHE, passemos a entender o regime de trabalho que estão submetidos estes operários. Assim, Burawoy partirá de um elemento-chave para entender as relações na produção, “*a dependência dos trabalhadores em relação à venda de sua força de trabalho*”, mas percebe que o regime descrito por Marx (despotismo de mercado) é uma exceção ao longo da história, havendo, portanto, alterações nos regimes fabris. Marx já havia percebido que o capitalismo competitivo não iria persistir, e a história confirma isto, contudo, seu desaparecimento não leva ao advento do socialismo, mas sim, segundo Burawoy, do capitalismo monopolista, o qual colocará as relações nas fábricas em outro patamar.

Isto abrirá toda uma discussão na sociologia do século XX acerca da análise do mundo fabril. O autor do *Capital* acredita que a coerção do mercado é suficiente para garantir a subsunção da força de trabalho ao capital, deixando em segundo plano os aparelhos políticos que buscam garantir isto. Burawoy, diferentemente, examina a intervenção do Estado sobre a relação da unidade e separação entre a reprodução da força de trabalho e a atividade produtiva no trabalho, ou seja, os elementos estatais que influenciam no grau de dependência dos operários em relação ao trabalho. Desta forma, o autor identifica a presença de três períodos de predominância de regimes fabris diferentes: o despotismo fabril, o hegemônico e o despotismo hegemônico. Burawoy faz toda uma análise a partir de elementos empíricos captados através da observação participante em diferentes fábricas pelo mundo. Não é nossa intenção reconstituir essa análise, mas, a partir de alguns de seus elementos, caracterizar o regime de trabalho dos operários das obras das UHE de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio.

²¹ Entrevista realizada em 15/7/2015.

O primeiro período é denominado por Burawoy como despotismo fabril, no qual os operários eram coagidos a vender a sua força de trabalho sob as condições designadas pela burguesia, havendo pouco consentimento, ou seja, havia maior vigilância e autoritarismo do capital sobre o trabalho, intensificação da extração da mais-valia absoluta e, principalmente, a unidade entre a reprodução da força de trabalho e processo de produção.

Contudo, a intensificação da exploração gera dois problemas ao capitalismo: os baixos salários e as péssimas condições de reprodução da vida da classe trabalhadora levam ao subconsumo, e somando-se a isso a péssima situação de trabalho à qual eram submetidos, provoca-se uma situação de constante resistência operária. Por isso, a burguesia busca, através da intervenção coletiva, isto é, do Estado, estabilizar a produção, alterando a relação coerção/consentimento. Assim, o Estado passa a garantir alguns níveis de estabilidade social aos trabalhadores, como salário mínimo e previdência, assegurando-lhes também condições para a organização e representação coletiva. Através disto, a sujeição da força de trabalho ao capital se dá mais pelo consentimento do que pela coerção. A classe trabalhadora continua em situação de vulnerabilidade, devido à mobilidade de capital entre regiões e países, mas agora ela deixa de ser individual e passa a ser coletiva.

No último período, Burawoy considera que há uma nova alteração no quadro coerção/consentimento, passando novamente a prevalecer a coerção, mas está não se dá individual, física ou economicamente, mas através da *“tirania “racional” da mobilidade do capital sobre o trabalhador coletivo”* (BURAWOY, 1979). Ou seja, encerra-se o consentimento, pela prevalência do medo do fechamento das fábricas, de plantas, da fuga de capitais. A partir disso, Burawoy especula que a classe trabalhadora nos países avançados passará por um período de desmobilização e da percepção do caráter irreconciliável de seus interesses com o desenvolvimento capitalista. Se, em um primeiro momento, isto pode levar a uma letargia do movimento operário, Burawoy acredita que por outro lado pode lembrar os trabalhadores que seus interesses só podem ser atingidos em uma sociedade para além do capital.

Desta forma, acreditamos que a relações *de e na* produção em um grande projeto, como as obras de usinas hidrelétricas do PAC, ainda podem ser caracterizadas como um regime fabril despótico. Afinal, presencia-se dois elementos centrais a partir da classificação de Burawoy: o trabalhador é levado a trabalhar mais pela coerção do que

pelo consentimento e existe uma forte unidade entre a reprodução da força de trabalho e o processo de produção. Acreditamos que alguns elementos podem comprovar isso.

Antes de mais nada, é necessário considerar que nos canteiros de obras existe uma estrutura hierárquica consideravelmente rígida e muito bem estabelecida. Através da literatura na área, principalmente Coutinho (1980), e da observação em campo podemos perceber que o trabalho no canteiro de grandes projetos, como Belo Monte, Jirau e Santo Antonio é dividido em equipes que variam entre 8 e 10 pessoas, podendo ser equipes por ofícios ou equipes que mesclam diferentes ofícios. No primeiro caso, pode-se ter, por exemplo, uma equipe somente com a função de fazer as armações de ferro; já no segundo, em uma mesma equipe se tem carpinteiros, ferreiros, pedreiros e auxiliares de produção. Todas as equipes possuem um líder, o qual é subordinado a um ou mais encarregados.

Dentro das obras aqui estudadas podemos observar a seguinte divisão hierárquica: encarregado geral, encarregado de setor, líder, oficial e auxiliar de produção. O encarregado geral é o responsável por toda a obra ou por alguma área da obra, por exemplo, instalação de máquinas, diques, etc; este responde ao engenheiro responsável pela obra ou ao engenheiro da mesma área da qual é encarregado. Já o encarregado de setor é o responsável pelos setores como concretagem, armação e outros, e responde imediatamente ao encarregado geral. Abaixo deste hierarquicamente está o líder de equipe, o qual é responsável pelo gerenciamento cotidiano da ocupação dada a sua equipe. A equipe será formada por oficiais e auxiliares de produção (antigo servente), os oficiais são aqueles especializados em determinado ofício, como ferreiro, pedreiro, carpinteiro, armador. Os auxiliares de produção são aqueles com menor experiência no ramo e ainda não possuem especialização – há também auxiliares que estão em treinamento para assumir como oficiais. Sua função na obra é auxiliar os oficiais principalmente nos serviços mais pesados e desgastantes, que exigem a força bruta.

Dentre as funções de auxiliar de produção, oficiais, líderes e encarregados há uma nítida divisão de poder e respeito, mas também de remuneração. Desta forma, em 2014 um auxiliar de produção normalmente ganhou um salário pouco acima do mínimo, enquanto o salário base dos oficiais se situou entre R\$1517,93 em Jirau e Santo Antonio, e R\$1630,20 em Belo Monte. Toda a ascensão nesta estrutura hierárquica ocorre através dos anos de experiência e da boa relação com os superiores – são estes que concedem a elevação de nível, não se deve esquecer que uma boa relação com os superiores significa também uma boa relação com a empresa contratante.

Nos grandes projetos existem também os operadores de máquinas, sejam caminhões, retroescavadeiras, betoneiras, basculantes, tratores, ônibus e outros, principalmente no setor de escavação e terraplanagem. Estes são considerados oficiais, mas possuem remuneração muito superior ao operário padrão, chegando a receber até R\$6 mil reais mensais.

O primeiro elemento que nos leva a identificar um regime despótico fabril é a busca e a execução de horas-extras no trabalho na construção civil, como percebem Sousa (1983) e Ribeiro (2008). O trabalho além da jornada regulamentada pela CLT é algo comum e esperado pelos dois lados da relação de trabalho na construção civil. Ainda mais por se tratar de um grande projeto, no qual sua temporalidade faz com que os trabalhadores busquem “fazer a vida” naquela obra (RIBEIRO, 2008).

Segundo Souza (1983) existem basicamente duas formas de contrato dos trabalhadores, por hora trabalhada e por tarefa. Na execução dos grandes projetos prevalece a contratação por hora trabalhada. No caso aqui estudado, essa é a regra de contratação, apenas para alguns serviços específicos e curtos contrata-se por tarefa. Portanto, os operários são contratados para trabalhar X horas semanais e recebem por essas horas, caso realizem horas-extras devem receber por elas também.

Enquanto a CLT regulamenta a jornada de trabalho de 8 horas diárias, o normal do trabalho na construção civil é de 10 horas diárias. Afinal, a CLT permite duas horas “normais” de horas-extras diárias e duas excepcionais mediante justificativa prévia, porém, no setor da construção a jornada básica é de 10 horas e a estendida de 12 horas diárias.

O “peão-de-trecho” aparenta ser acostumado com o ritmo intenso de trabalho destas obras e pela vontade de conseguir o maior rendimento possível. Isto é, através das ampliações das jornadas de trabalho como as descritas aqui, estes operários buscam “fazer a vida” em uma grande obra. Como demonstra Ribeiro:

Assim, a grande obra, também pela sua temporariedade, é um período de trabalho em que a sujeição aos mecanismos de exploração que extrapolam a jornada legal é desejada pelos trabalhadores que podem, até mesmo, imaginar recompor suas forças após o término da obra, quando sairiam do “ritmo Brasília” que, paradoxalmente, lhes matava e fazia viver. (RIBEIRO, 2008, p. 184)

Desta forma, muitos trabalhadores nos relatam que um dos motivos de irem trabalhar nas obras é exatamente a possibilidade de fazer muitas horas-extras, afinal, pela magnitude das obras sempre haverá trabalho necessário. Além de que muitos reclamam

do não pagamento das horas corretamente ou mesmo de não se acrescentar 100% nas horas-extras de domingo. Como, por exemplo, Viola nos relata:

Quando tinha feriado que era pra trabalhar, eles trocavam o feriado pelo sábado. Ou seja, eles trocavam um dia 100% por um dia normal, eles davam folga num dia de feriado, que era um dia pra ganhar 100%, pra ganhar uma extra, por um sábado que era nosso dia de folga. Por que quando a gente foi contratado por aqui, pela capital aqui em Belém, eles prometeram uma coisa e quando chegamos lá, vimos que não era o que eles tinha prometido. Falaram que ia ter muita hora, que os funcionários iam trabalhar em cima de hora, que ia dar pra tirar um bom dinheiro.²²

Este mesmo operário nos faz perceber como uma das características dos “peões-de-trecho” é exatamente ter como objetivo fazer muitas horas-extras para complementar o salário e assim, fazer compensar o deslocamento para as obras. Por isso, não conseguir realizar essas horas-extras é um dos elementos de descontentamento dos operários com as obras e pode gerar um ímpeto de mobilização.

Devido aos baixos salários pagos, os capitalistas da construção civil garantem maiores taxas de mais-valia da sua forma mais direta, e forçam estes operários a trabalharem sob essas condições, buscando fazer horas-extras exatamente para ter os rendimentos necessários para a reprodução da sua força de trabalho.

Além do aumento da jornada de trabalho através das horas-extras, as grandes empreiteiras ampliam a extração de mais-valia através da intensificação do ritmo de trabalho. Como buscamos demonstrar em Campos (2015), no processo de produção da construção civil não há grandes revoluções na produção, como foi o fordismo ou o toyotismo, que realizam grandes saltos na produtividade por meio de novas tecnologias e mudanças organizacionais. Assim, não há incrementos tecnológicos ou análises científicas da produção que aumentem a produtividade, mas sim a exigência de ritmos mais acelerados e mais horas de trabalho.

Esta intensificação do ritmo de trabalho pode ser percebida pelo elevado número de acidentes do trabalho presentes nas obras. Não conseguimos ter acesso ao número de acidentes e/ou mortes no trabalho nas três obras aqui estudadas, contudo alguns acidentes conquistaram notoriedade nacional²³. Além disso, o consórcio construção de Santo

²² Entrevista realizada em 13/6/2014.

²³ Em uma busca rápida na internet contendo as palavras “Acidentes” “jirau”, “Santo Antônio” e “Belo Monte”, no dia 8/11/2014 encontramos 16 noticiais de sete órgãos de imprensa diferentes, relatando 13 mortes, sendo 6 em Jirau, 2 em Santo Antonio e 5 em Belo Monte. Além destes, foram contabilizados seis trabalhadores acidentados na UHE Santo Antonio. Ao ler as reportagens é nítido que a maioria dos

Antonio (CSAC) foi condenado a ter uma política mais extensiva de segurança do trabalho e prevenção de acidentes devido às constantes reclamações dos trabalhadores ao Ministério Público e à continuidade excessiva de acidentes. Por exemplo, em nossas entrevistas encontramos Gustavo, pedreiro da obra de Santo Antonio, afastado após um acidente no canteiro. Ele descreve o acidente e relata-nos sobre as condições de trabalho e assistência após a acidente oferecido pelo CSAC:

Eu to trabalhando lá ainda, to afastado... tive um acidente do trabalho. Foi na central de massas²⁴, numa pedra maceta. Agora depois do meu acidente, mandaram asfaltar tudo lá, num aconteceu só comigo, não, aconteceu com mais dois. A pedra fez “plac” e o carrinho fez “plac”, ai meu pé virou, meu tornozelo virou e ficou inchado. A minha coluna foi pro pau também. Ai asfaltaram por que ficaram com medo né? Tanto acidente lá. A gente já vinha reclamando de muito tempo, “olha acontece acidente”, uma vez um rapaz se rasgou todinho. Ai duas semanas depois do acidente que tive, outro rapaz também, a mesma coisa, aquelas pedras que tem lá, você sabe como é que é... Ai o cara tem que passar no meio delas, pisava em falso com um carrinho de mão que pesa quase 120 Kg, que a gente carregava, qualquer coisinha, fio...(...)Vou fazer a terceira cirurgia já e qualquer coisinha meu joelho sai e continua doendo, doendo mesmo, não é brincadeira não, e a coluna dói mais que tudo. Por andar torto e peso, lesionou a L4, L5, L6, L7... eles querem operar mais eu to com medo, né? (...)Meu acidente do trabalho, todo mundo sabe, perdi 50% do movimento na primeira operação, eles me deram a CAT e agora não querem me dar mais a CAT. Já fui no ministério publico, o ministério publico mandou eles darem minha CAT, eles não deram, me mandaram no INSS, estão me fazendo de palhaço...(...)eu trabalhava na central de massas, entendeu... você olhava assim, pensava que não tinha perigo não, mas tinha bem um monte, a gente mexia com forno, pipocava que nem carvão, já bateu... tenho uma cicatriz bem aqui... A gente usava óculos e mascara, elas picavam assim irmão, a temperatura chegava a quase 300⁰C, muitas vezes a gente bebia água e volta, e nunca um técnico da segurança do trabalho chegava ali... Eu tive uma convulsão lá de tão quente que tava, né? Por ai vai, eles não tão nem ai, passa mal e vai, faz que nada aconteceu”²⁵

Outra característica recorrente no trabalho da construção civil, segundo nossa pesquisa de campo, é o desvio de função. Parece-nos que é algo tão corriqueiro que não causa grande importância para os operários, mas, mesmo assim, vários trabalhadores nos relataram ser contratados para exercer determinado cargo e na verdade executar outro. E

acidentes acontecem com funcionários de empresas terceirizadas. As noticiais datam entre 16/7/10 e 16/7/14.

²⁴ Presentes em grandes obras, é o local onde se produz todo tipo de massas utilizadas nas obras, como concreto, cimento, argamassas, etc.

²⁵ Entrevista realizada em 8/7/2015.

ao relatarem isto é constante a percepção de que aqueles operários que não realizam as funções que não lhe são legalmente atribuídas são considerados preguiçosos e podem ser demitidos, principalmente por ameaça de superiores. Como o carpinteiro Valter e o vibradorista José Ferreira relatam:

Tinha época que o encarregado não tinha o que fazer e procura coisa pra gente fazer, até limpeza... É bom que tava gerando emprego né? Por que se não tiver o que fazer, o superior maior vai dizer 'A gente vai reduzir aquela equipe lá que não ta fazendo muita coisa...' ²⁶. VALTER

As vezes o cara que ligava o concreto não ia, ai ele destacava um ajudante pra fazer a função do cara, ai era quem ficava lá com o cara da betoneira. Ai a gente não podia bater o pé, né? De dizer "não, eu não vou, que sou ajudante, esse cara é contratado ai", não podia falar isso, por que o encarregado já ia chiar: "porra, não quer trabalhar não, é?" Então o que o cara pedia pra fazer, a gente fazia." ²⁷JOSÉ FERREIRA

O processo de produção da construção, com oscilações na demanda por mão-de-obra, e a própria limitação temporal da obra fazem com que o setor da construção civil seja marcado pela elevada rotatividade²⁸ da mão-de-obra. Assim, conforme o DIEESE (2014) a partir dos dados da RAIS²⁹, a Construção é o setor com taxa de rotatividade mais alta no Brasil atualmente, com taxa de 115% em 2013 e taxa descontada de 88,1%³⁰. Muito superior a setores como, por exemplo, a Indústria de transformação que encontra-se em 6º lugar no país, com taxa de 52,4% e taxa descontada de 35,4%.

As taxas de rotatividade elevadas significam para o trabalhador uma situação de instabilidade muito grande em seu emprego. Para o trabalhador, gera-se uma insegurança quanto à manutenção do posto de trabalho e o rebaixamento dos salários. Inclusive, como demonstram os índices do DIEESE (2014), como estas demissões não possuem justificativa, pode-se imaginar que a maioria das demissões ocorra no período de

²⁶ Entrevista realizada em 7/7/2014.

²⁷ Entrevista realizada em 9/7/2015.

²⁸ Segundo o DIEESE (2014), a rotatividade é "considerada como a comparação da movimentação anual em relação ao estoque médio de empregos de cada ano", isto é, a relação do valor mínimo entre o total de admissões e desligamentos anuais com o estoque de empregos.

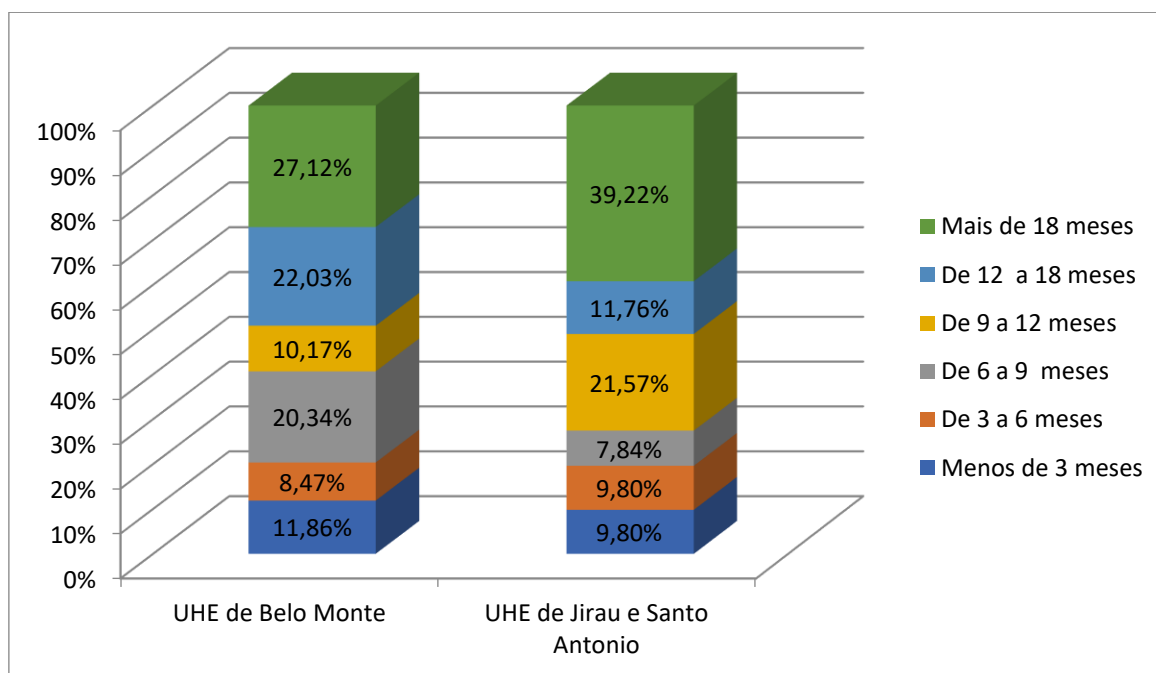
²⁹Relação Anual de Informações Sociais

³⁰ A taxa de rotatividade envolve todos os desligamentos no período, independente do motivo. Na taxa de rotatividade descontada exclui-se aqueles desligamentos por escolha do trabalhador, como observa o DIEESE(2014), deve se relativizar esta taxa descontada, pois algumas vezes o trabalhador pode ser levado a se demitir pelo empregador, com situações de assédios, pelas condições de trabalho, baixos salários e etc.

experiência, no qual com a rescisão o trabalhador possui muito menos direitos, e, no caso, das obras que estudamos, perde, por exemplo, o direito a baixada³¹.

Segundo o DIEESE (2014), o tempo de emprego no Brasil se caracteriza pela curta duração, que não atinge 12 meses de trabalho. Também observamos o alto índice de rotatividade nas obras de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte, assim como a baixa duração dos contratos. Segundo a enquete que aplicamos, a maioria dos trabalhadores questionados possuía menos de 12 meses de trabalho, e isto se amplia se observamos pelo recorte salarial. No gráfico 5, observamos a distribuição porcentual dos trabalhadores de Belo Monte e Jirau e Santo Antonio, respectivamente, segundo o tempo que haviam trabalhado nas obras. Já no gráfico 6 e 7, percebemos essa distribuição a partir do recorte salarial, assim, aqueles que recebiam menos de R\$ 1500,00³² reais e aqueles que recebiam valor superior a esse.

Gráfico 5: Distribuição dos trabalhadores por tempo de trabalho nas obras das UHE de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio.



³¹ Em grandes projetos é costumeiro que os trabalhadores tenham direito a visitar a família a cada certo período, durante alguns dias, às custas das empresas. Isto se deve principalmente ao fato de que a maioria deles encontram-se confinados nos alojamentos.

³² Escolhemos a marca daqueles que declararam receber menos de R\$ 1500,00, apesar de ser inferior a dois salários mínimos, pois é o valor que divide os trabalhadores em dois grupos de forma mais proporcional.

Gráfico 6: Distribuição dos trabalhadores por tempo de trabalho segundo os salários nas obras das UHE de Belo Monte

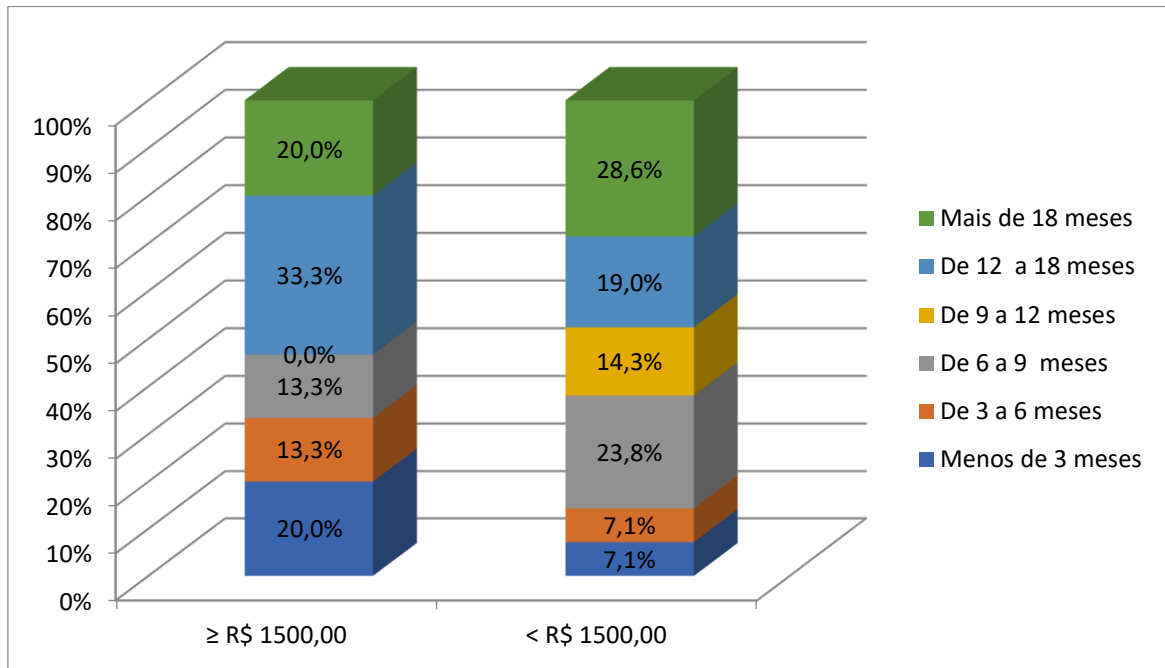
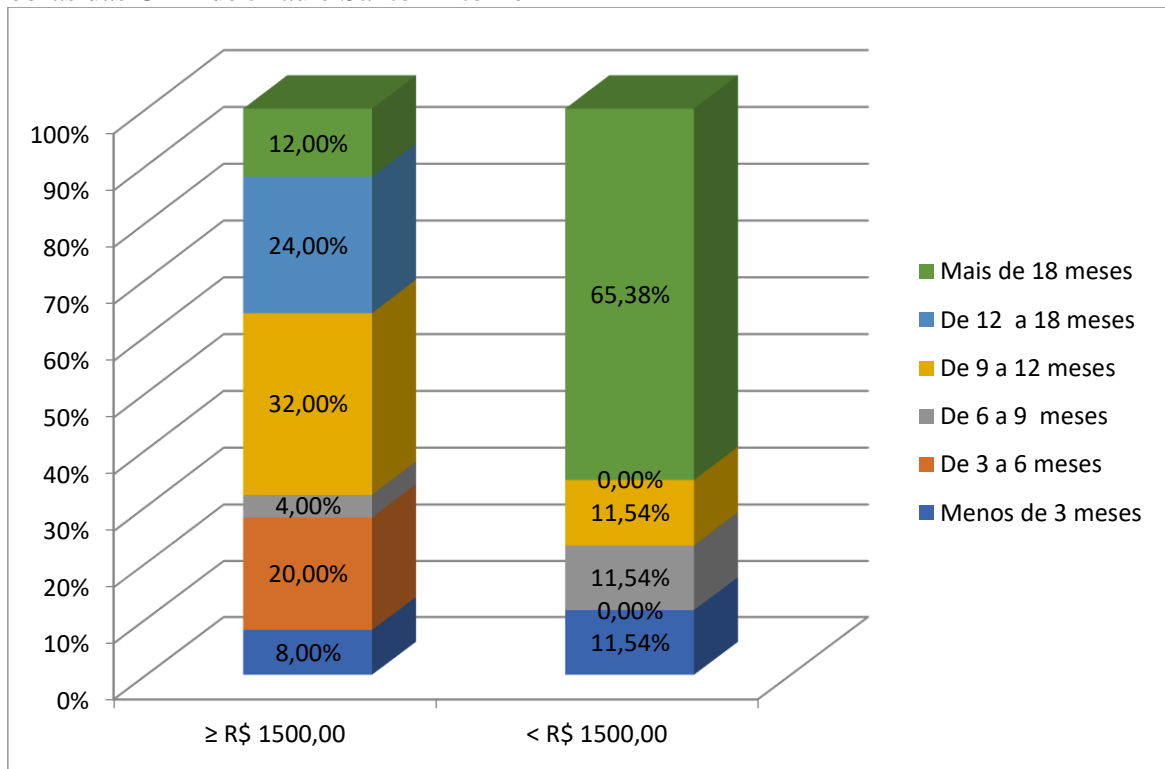


Gráfico 7: Distribuição dos trabalhadores por tempo de trabalho segundo os salários nas obras das UHE de Jirau e Santo Antonio



Assim, podemos perceber comparativamente que os trabalhadores das obras do Rio Madeira ficavam empregados nas obras por mais tempo do que em Belo Monte, e essa diferença em favor de Jirau e Santo Antonio, se dá, principalmente, pelos trabalhadores que recebiam acima de R\$ 1500,00. Além disso, podemos perceber que aqueles trabalhadores que ficam mais tempo nas obras são aqueles que recebem salários mais elevados; isso não significa que os salários daqueles que ficam aumentem, mas que permanecem nas obras aqueles que recebem salários mais altos. Este é um indicador importante da situação a que estão submetidos estes trabalhadores, afinal a rotatividade permite que se pague salários mais baixos e que o trabalhadores estejam pressionados pelo perigo constante do desligamento.

Ou seja, a partir destes quatro elementos, demanda por horas-extras, intensificação do ritmo de trabalho, desvio de funções e elevada rotatividade no emprego, que prejudicam a vida do trabalhador e aumentam a extração de mais-valia pelas empresas, percebemos que há coerção para que a força de trabalho torne-se trabalho realizado. E esta coerção se dá por dois motivos: há uma rígida estrutura hierárquica do processo de produção de uma obra, que faz com que os operários dependam diretamente da aprovação de seus superiores, mas também pela coerção física através da presença de força repressivas nos canteiros, como a Força de Segurança Nacional.

Além disso, como demonstramos acima, os “peões-de-trecho” parecem migrar de uma região do país para outra em busca de grandes projetos exatamente por serem parcelas da classe trabalhadora desprovidas de direitos assegurados pelo Estado. Portanto, para esta subcategoria profissional a reprodução da força de trabalho depende centralmente da atividade produtiva. Isto é, a única forma do trabalhador garantir a continuidade da sua capacidade de trabalho encontra-se no próprio salário. Afinal, anteriormente à alocação da sua força de trabalho nas grandes obras, não possuíam acesso aos direitos trabalhistas, como carteira assinada, 13º salário, FGTS, seguro-desemprego, que lhes garantisse condições mínimas de vida.

CONCLUSÃO

Antes que milhões de jovens e trabalhadores saíssem às ruas nas “Jornadas de Junho” em 2013 e o Brasil fosse tomado por greves em 2012 e 2013, recolocando os movimentos sociais nas capas dos noticiários do Brasil e iniciando um processo de instabilidade dos governos em todos seus níveis, os anos de 2011 e 2012 foram marcados pelas mobilizações dos operários da construção civil do país. Em todos os cantos, operários mobilizavam-se e decidiam pela paralisação de grandes projetos, nas obras das

usinas hidrelétricas do norte do Brasil, nos estádios da Copa do Mundo de Futebol de 2014, nas obras dos complexos de SUAPE, COMPERJ, em obras de portos e aeroportos por todo o país.

Ao longo desta pesquisa buscamos entender esses movimentos através da análise das greves com rebelião operária ocorridos nas obras das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte entre 2011 e 2013, a partir do entendimento dos motivos que levavam que os trabalhadores se mobilizassem da forma como fizeram, isto é, por fora do sindicato, de forma espontânea e na maioria dos casos sem uma direção nítida, e algumas das vezes adotando tática como a destruição de máquinas e incêndios de estrutura dos canteiros, o que nos levaram a caracterizá-las como greves por rebelião operária.

Um primeiro conjunto de fatores desencadeadores diz respeito às relações de trabalho, como a permanência de um regime despótico fabril nos canteiros de obras. Assim, os operários são coagidos a vender a sua força de trabalho nas condições fixadas pela burguesia, através da exacerbação da vigilância e autoritarismo, que nas obras se dão pela rígida estrutura hierárquica imposta aos trabalhadores e pela presença constante de forças repressoras do Estado, como a Polícia Militar (PM) e Força de Segurança Nacional (FSN); intensificação da extração da mais-valia absoluta, atingida através da demanda por horas-extras, aumento do ritmo de trabalho, pelos desvios de função e pela elevada rotatividade no emprego na construção civil; e, principalmente, pela a unidade entre a reprodução da força de trabalho e processo de produção, afinal os “peões-de-trecho” parecem migrar para as obras exatamente por serem uma parcela da classe trabalhadora desprovida de direitos, como carteira assinada, 13º salário, FGTS, seguro-desemprego.

Um segundo elemento detonador dessas mobilizações são as características dos “peões-de-trecho”: o objetivo de “fazer a vida” faz com que sejam obstinados em atingirem maiores rendimentos, para isso podem fazer muitas horas-extras, mas quando rompem com essa ideia de ascensão social, também podem fazer mais greves. Soma-se a esse fato a diferença entre a expectativa de salário que estes trabalhadores tem ao irem trabalhar nas obras, alimentada por outros trabalhadores, ou encarregados e agenciadores que cooptam mão-de-obra nas cidades de origem; portanto, trazemos relatos que afirmam que foram para a obra esperando mais do que recebiam de fato e que isso gerava um descontentamento muito grande por parte dos trabalhadores.

Percebemos ao longo da pesquisa de campo que muitos operários relatavam o descontentamento com contradições que percebiam na realização destas obras, ou seja, as maiores obras do principal programa dos governos federais, com valores sempre na

casa dos milhões e bilhões, representando lucros nunca antes alcançados pelas construtoras, e de outro lado, os trabalhadores que morriam, sofriam acidentes, e se desgastavam em troca de um salário insatisfatório.

Também foi constante a percepção dos canteiros de obras como verdadeiras prisões, nos quais os trabalhadores estavam confinados, com seus direitos e liberdades cerceados, além dessa, ser uma característica dos grandes projetos como observa Ribeiro (1991 e 2008), nas obras de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte essa situação era intensificada pela vigilância constante de aparelhos como a FSN e PM nos canteiros de obras. A percepção desta situação, fez com que Ribeiro caracterizasse os acampamentos dos grandes projetos como “instituições totais”, que são aquelas que controlam quase a totalidade do tempo daqueles que estão internos as barreiras colocadas ao mundo externo. Ao fazer isso, Ribeiro percebe que essa situação provocada pelas construtoras tem por objetivo ampliar a exploração através do controle sobre o trabalhador. O que mais uma vez faz com que a relação de trabalho nestas obras sejam mais desgastantes ainda.

Portanto, este conjunto de elementos torna a experiência de trabalhar neste tipo de obra extremamente alienadora e mais desgastante do que as relações de trabalho normalmente encontradas sob o modo de produção capitalista. Ao enfrentar tal situação não restam muitas opções aos trabalhadores, são elas: o consentimento, a demissão individual e, por fim, a revolta contra estas condições.

Naquelas ocasiões que os operários decidiram coletivamente pela revolta foram quando despontaram as greves, principalmente, aquelas que classificamos como com “rebelião operária”. Contudo, ao fazê-lo tiveram que enfrentar a estrutura sindical brasileira que os afastava de uma direção sindical que pudesse organizá-los para as conquistas almejadas. Com isso, acabaram por manifestar-se da maneira mais espontânea possível, inclusive recorrendo algumas vezes a um repertório violento. Apesar das contradições e no pouco saldo que possamos perceber dessas mobilizações, nas condições e conjuntura que estavam colocadas àqueles trabalhadores, o simples ato de se rebelar contra tudo o que passavam já é uma vitória extraordinária e tem consequências para além do que podemos perceber no calor dos acontecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOITO JR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: HUCITEC, 1991.

BRAGA, Ruy. *A Pulsão Plebeia: Trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. São Paulo: Alameda, 2015.

- BURAWOY, Michael., *Manufacturing Consent: Changes in the Labor Process Under Monopoly Capitalism*. Chicago: University of Chicago Press, 1979
- BURAWOY, Michael., *The Politics of Production*. Londres, Verso, 1985
- CAMPOS, Cauê Vieira. *Processo de produção e processo de valorização do Capitalno setor da construção civil brasileira*. In: Anais do III Colóquio Internacional Marx e Engels GT 6 – Trabalho e produção no capitalismo contemporâneo, Campinas, Vol.1,nº1, 2015
- CAMPOS, Cauê Vieira. *Conflitos trabalhistas nas obras do PAC: o caso das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte*. Dissertação de Mestrado, Campinas, 2016.
- COUTINHO, R. L. *Operário da construção civil: urbanização migração e classe operária*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- DIEESE. *Os números da Rotatividade no Brasil: Um olhar sobre os dados da RAIS 2002-2013*. São Paulo: DIEESE, 2014
- ESTANQUE, Elísio. *O Despotismo Fabril: violência e poder numa empresa industrial do calçado*, Revista Portuguesa de História, FLUC - Coimbr, 37, 131-152, 2005
- PAULANI, Leda. *Brasil delivery : servidão financeira e estado de emergencia econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PAC, Comitê Gestor do PAC. *Balanço Completo do PAC – 4 anos (2007 a 2010)*, 2010.
- PAC, Comitê Gestor do PAC. *Lançamento PAC 2*, 2010
- PAC, Comitê Gestor do PAC. *Balanço Completo do PAC 2– 4 anos (2011 a 2014)*, 2014
- VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. *Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos*. Revista Crítica de Ciências Sociais, p. 111-136, 2014.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. *Suape em construção, peões em luta: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho*. Caderno CRH (UFBA. Impresso), v. 26, p. 233-252, 2013.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *Empresas Transnacionais. Um Grande Projeto Por Dentro*. SÃO PAULO, SP/RIO DE JANEIRO: MARCO ZERO/ANPOCS., 1991.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da esperança*. Brasília: UnB, 2008.
- SOUSA, Nair Heloísa Bicalho. *Construtores de Brasília: Estudo de Operários e sua participação política*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3. ed. São Paulo, SP: Polis, 1982.
- THIRY-CHERQUES, H. R. *Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento*. Revista PMKT. n.3, p.20-27, 2009.